



Novas contradições na novela do Banco Português de Negócios

Telefone prova que Insular teve sucursal em Lisboa mas “ver listas telefónicas não é supervisão”

Um relatório do Banco de Portugal (BdP), uma carta a desejar boas férias e um documento da Portugal Telecom (PT) deram ontem nova força ao enredo que tem sido o inquérito à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN).

Vaz Mascarenhas, presidente do Banco Insular, instituição cabo-verdiana que serviu para o BPN ocultar perdas, esteve ontem a ser ouvido pela segunda vez pela comissão do inquérito à nacionalização do BPN. Horas antes, e por essa audição ser à porta fechada, Nuno Mello deu uma conferência de imprensa para divulgar dois novos dados sobre este processo. Primeiro um relatório de inspecção ao BPN de 2002, no qual o BdP acusa o banco agora nacionalizado de não disponibilizar “informações suficientes” para uma inspecção, algo que no entender do deputado do CDS mostra que “ao contrário do que Vítor Constâncio [presidente do BdP] tem dito, isto não se tratou apenas de um caso de polícia mas sim de um caso com vários indícios que deveriam ter levado o BdP a agir para que muito do que aconteceu não tivesse acontecido”, disse ao *i*.

Ainda no decurso da conferência foi revelada uma carta enviada em Setembro de 2001 pelo presidente do Banco Insular, Vaz Mascarenhas, para Nuno Luz

de Almeida, então administrador do BPN e hoje quadro na Caixa Geral de Depósitos, dando-lhe conta da intenção de instalar o Insular em Portugal. “Espero que tenham sido muito agradáveis as férias que tirou”, começa por dizer a carta de Vaz Mascarenhas que, para Nuno Mello, serve de prova de que o actual quadro da CGD já sabia da existência do Insular em 2001, ao contrário do que referiu à comissão de inquérito.

Para o deputado do CDS, estes dois factos mostram a “incompetência” do governo no tratamento que deu à nacionalização, já que “não conseguiu obter e dotar os deputados do mínimo de informação indispensável sobre o BPN, como o relatório de 2002 do Banco de Portugal onde muito do que hoje se conhece já era referido”, disse na conferência.

LISTA TELEFÓNICA Ainda antes da audição de Vaz Mascarenhas, agendada para as 18h00, os deputados do PCP e do CDS revelaram à imprensa documentos da Portugal Telecom a provar que o Insular manteve uma sucursal aberta em Lisboa pelo menos até 2003, sem que o BdP tivesse conhecimento. O documento mostra que o Insular tinha um número de telefone próprio até Outubro de 2002 cujo titular depois foi alterado. Sobre este desconhecimento, fonte do BdP disse ao *i* que “as práticas de supervisão moderna não incluem a verificação de listas telefónicas”, não adiantando mais comentários. *Filipe Paiva Cardoso*

Novas regras para contas bancárias

O que muda

- O governo está a aproveitar a alteração à lei do levantamento do sigilo bancário para apertar o cerco aos contribuintes que têm não têm declarado ao fisco as contas no estrangeiro. O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo, diz que têm de as declarar.

As penas

- Em 2010, quem não declarar o dinheiro que tem lá fora vai ser acusado não de omitir mas de enganar o Estado, o que sugere penas mais graves. É a ilação da garantia dada pelo Ministério das Finanças ao *i*, que diz que no futuro quem tiver e não declarar no IRS estas contas vai passar a ter um tratamento igual ao do contribuinte que mente.

Os defeitos

- O fiscalista Diogo Ortigão Ramos diz que a medida é “programática, ineficaz e desproporcionada”, por ser teórica, até poder ser inconstitucional e redundante nos acordos.
- O presidente dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues Azevedo, diz que pode revelar-se, pelo menos, pedagógica.